

1) As demonstrações financeiras do Banco Central, relativas ao primeiro semestre indicaram despesas liquidas com juros, *swap* e equalização cambial, cobertas por receitas de avaliação a valor justo das reservas internacionais, perfazendo um resultado final positivo. O que o senhor pode comentar sobre as operações deficitárias e superavitárias do período?

2) Consequência do resultado final positivo do BC no primeiro semestre de 2015, o organismo transferiu cerca de R\$ 81 bilhões ao Tesouro, para aplicação direta aos serviços da dívida pública. Quais os efeitos para as contas nacionais desta medida?

3) Desde a crise de 2008, o conjunto dos bancos centrais no mundo, dos Estados Unidos ao Japão, passando pela Europa, pela Rússia e por nossa América Latina, fortaleceram suas estruturas inclusive de pessoal. O Banco Central do Brasil, entretanto, caminhou em sentido contrário, reduzindo seu quadro de servidores, operando hoje com cerca de dois terços da sua dotação legal.

O senhor não receia que, caso persista o atual quadro de esvaziamento de pessoal o Banco Central possa ficar privado de atender adequadamente à sua missão?

4) O quadro de pessoal do Banco Central é composto de Especialistas (analistas e técnicos), responsáveis pela missão da autarquia, e Procuradores, cuja função é cuidar da defesa jurídica do órgão. Anteriormente, inclusive no texto da Lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998, que consolidou a passagem dos servidores do Bacen para o Regime Jurídico Único, os cargos de analistas e procuradores eram equiparados e percebiam os mesmos vencimentos.

Hoje, os subsídios dos analistas são inferiores, apesar de repousar sobre seus ombros a responsabilidade pela manutenção do poder de compra da moeda e para assegurar a manutenção de um sistema financeiro sólido e eficiente.

São ainda atribuições desses analistas a gestão das reservas internacionais, a gestão de um sistema de pagamentos que é referência mundial, a manutenção de sistemas de custódia e a atuação em mercados organizados, a prestação de serviços ao cidadão e a representação do Banco Central do Brasil junto a órgãos governamentais e instituições internacionais, entre muitas outras ações

Sendo assim, não se justifica a diferença interna entre os cargos citados. E, pior ainda, com a possibilidade iminente de ampliação da disparidade pela introdução do bônus de sucumbência para os procuradores do BC. Tudo isso tem propiciado um clima de insatisfação crescente no Banco, que se expressou através da paralisação de mais de 70% do quadro no último dia 2 deste mês, quando da reunião do Copom.

Dito isso, gostaria de saber quais as providências que a direção do Banco Central tem adotado junto aos ministérios da Fazenda e do Planejamento (MPOG), visando restabelecer um clima organizacional interno saudável e favorável a consecução da relevante missão da Instituição para a sociedade.

Gostaria, por fim, de antecipar a nossa disposição para contribuir com a direção do Bacen para encontrar saídas urgentes para a solução desse impasse, inclusive nos dispondo a interagir com os referidos ministérios, se for o caso.

5) Sobre swap cambial, o senhor poderia nos informar o quanto foi gasto no ano em curso e no acumulado dos últimos doze meses (agosto incluso), com pagamento de ajustes na BM&F?

6) Dado que o BC apresentou resultado positivo no primeiro semestre deste ano, o que foi feito para compensar as perdas com swap neste mesmo período?

7) Qual a base legal que suporta este tipo de contabilização, em que valorização de ativo vira receita? O Tesouro Nacional efetuou o mesmo procedimento relativamente à dívida externa do setor público brasileiro?

8) A agência Standard & Poor's, a mesma que foi obrigada pelas autoridades americanas a pagar uma multa, em fevereiro de 2015, de US\$1,37 bilhão pelo papel que desempenhou na crise financeira de 2008, ao avaliar títulos subprime como extremamente seguros, tirou do Brasil o grau de investimento, com perspectivas de baixa. No que o Banco Central contribuiu para esse resultado? Como ele afeta o cenário econômico brasileiro e o que a autoridade monetária pretende fazer a respeito?

9) O Banco Central, em decorrência das restrições orçamentárias, cancelou 60% das atividades (que requeriam viagens) de fiscalização programadas para os últimos quatro meses de 2015. Esta decisão não implica em uma elevação do risco a segurança do

Sistema Financeiro Nacional? Indo mais além, o País não estaria deixando de cumprir seus compromissos com organismos internacionais como o Comitê da Basileia? E como fica a imagem da instituição perante a opinião pública, ao ser divulgado que o Bacen está deixando de cumprir seu papel de órgão fiscalizador, em função do corte orçamentário?

10) Segundo as mais diversas fontes, o Brasil tem atualmente a maior taxa básica de juros reais do planeta, o que, segundo esse critério, nos coloca em situação pior do que países como a Grécia, a Venezuela e a Rússia. Considerando que o país há dois trimestres cresce negativamente o que caracteriza, tecnicamente uma recessão, com aumento do desemprego, redução da renda dos salários e conseqüentemente da demanda interna, sendo esta última, o objetivo maior da atual escalada dos juros, o Sr. acha que o atual nível da Selic é compatível com a situação econômica do País?

Por outro lado, há todo um esforço fiscal do governo, promovendo um ajuste nas contas públicas através da elevação de tributos e redução de despesas não financeiras. Todo o ganho de receitas previsto, por um lado, e a redução de gastos, por outro, serão insuficientes para cobrir a despesa financeira causada pela alta recente da Selic, o senhor concorda com isso?

São muitas as afirmações acerca do impacto da elevação da Selic no custo da dívida pública. As opiniões variam de R\$12 a R\$30 bilhões por ano, para cada ponto percentual de elevação da taxa. Como presidente do Banco Central o senhor poderia nos dizer qual a repercussão na despesa financeira anual da dívida pública quando a Selic passou de 13,75 para 14,25% na penúltima reunião do Copom, realizada no final de julho. O senhor poderia ainda nos dizer qual o valor da despesa financeira acumulada nos primeiros oito meses deste ano e quanto importa nominalmente esta despesa nos últimos doze meses? Por último, o Sr. poderia citar outras medidas que o Banco Central tem adotado para combater a inflação que não seja o simples aumento da Selic?

11) Considerando:

1. Possível redução de quadros por aposentadoria, que se agravaria com fim do auxílio permanência e muitos servidores em condições de se aposentarem;
2. Possível desalinhamento de salários e benefícios de Analistas do Banco Central em relação Auditores da Receita e aos Procuradores do próprio Banco Central;

3. Possível redução de verbas de viagens e impactos para Fiscalização;
4. Últimas medidas anunciadas para equilíbrio do Orçamento da União em 2016.

Pergunta-se:

Como a Direção e a Presidência do Banco Central percebem a possível ameaça ao cumprimento de sua missão em função de risco de RH, por aposentadorias, migração de quadros e limitações para os processos de Fiscalização?